

# NAS TRAMAS DISCURSIVAS DAS GRADES EDUCACIONAIS: UM ESTUDO SOBRE A IDENTIDADE ESTUDANTIL EM CAMPINA GRANDE

Tatiana Aparecida Pereira Jerônimo

Regina Coeli Gomes Nascimento <sup>1</sup>

## PRIMEIROS PASSOS

Este trabalho foi pensado com o objetivo de investigar a construção das identidades dos estudantes de Campina Grande-Estado da Paraíba, na década de 1970<sup>2</sup>, tendo como fontes de pesquisa os jornais: Diário da Borborema, Jornal da Paraíba, as Leis de Diretrizes e Bases da Educação promulgadas em 1971 e 1996. Sabendo-se que este período foi marcado pelo governo militar<sup>3</sup>, pela regularização do ensino brasileiro, através da Constituição<sup>4</sup> promulgada em 1967 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação<sup>5</sup> de 1971, que estabelecia um processo de disciplinarização dos estudantes e representava na concepção de seus idealizadores pensar o futuro do Brasil. Justificamos a escolha do recorte temporal, por identificarmos, que este conjunto de discursos, contribuiu para dar sentido a um perfil identitário de valorização da Pátria, de seus símbolos e, em especial, a constituição de homens e mulheres a ela assujeitados.

Levando-se em consideração a importância do saber histórico a partir das fontes impressas como os jornais, no contexto sociocultural em que eles foram produzidos, durante a pesquisa nos periódicos analisamos as principais temáticas e os enunciados que foram mais

---

<sup>1</sup> Aluna da Unidade Acadêmica de História e Geografia da UFCG.

Professora Doutora da Unidade Acadêmica de História e Geografia da UFCG e orientadora da pesquisa.

<sup>2</sup> Este trabalho é fruto de uma pesquisa que está sendo financiada pelo PIBIC-CNPq-UFCG, na pesquisa original o recorte temporal é da década de 1970 até 1985, contudo, para esta publicação restringimos o nosso recorte temporal a década de 1970, em virtude da vasta pesquisa que estamos realizando.

<sup>3</sup> O governo dos militares teve início em 1964 se estendendo até 1985, foram 21 anos de poder concentrados nas mãos dos militares, que se utilizaram de um tipo de governo caracterizado por um regime ditatorial. O regime militar foi o resultado de uma aliança entre militares e civis com latifundiários, grandes empresários, banqueiros, tecnocratas e políticos de direita e extrema direita. Nesse tipo de regime os presidentes deixaram de ser escolhidos pelo povo, por voto direto e secreto, passando a serem escolhidos em reuniões secretas dos comandantes das Forças Armadas. Foi uma época de negação dos direitos humanos, de supressão da cidadania. Entre os principais militares que governaram o Brasil neste período podemos destacar: Castello Branco (1964-1967), Costa e Silva (1967-1969), Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), Ernesto Geisel (1974-1979) e João Batista de Oliveira Figueiredo (1979-1985).

<sup>4</sup> CONSTITUIÇÃO DE 1967 Promulgada pelo Congresso Nacional durante o governo Castello Branco. Institucionalizada a Ditadura do Regime Militar de 1964.

<sup>5</sup> A primeira LDB foi criada em 1961, seguida por uma versão em 1971, que vigorou até a promulgação da mais recente em 1996.

recorrentes nas escritas dos jornais sobre os estudantes, sobre participação da família no processo educacional e sobre a repercussão das reformas educacionais na vida dos estudantes campinenses, bem como sua participação em eventos sociais e esportivos, e a reivindicação dos seus direitos por meio dos órgãos de representação estudantil.

Nesse processo de investigação sobre as identidades construídas para os estudantes campinenses nos jornais que circulavam na cidade, levamos em consideração tanto o contexto em que as reportagens foram produzidas, (um cenário de censura e silenciamento de questões que não eram pertinentes a serem discutidas numa época de regime ditatorial) quanto, os questionamentos apontados por Tânia Regina de Luca sobre o fato de “que a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público”. (DE LUCA, 2005, p. 139).

Em decorrência do tipo de fonte que estamos utilizando se “pretender ser” um representativo da “realidade objetiva” não partiremos de uma análise do discurso jornalístico que privilegie sua pretensa neutralidade e objetividade, levando-se em consideração o momento histórico do qual estamos analisando nesse trabalho. Como alerta Maria Vorraber Costa “O mundo não é de um único jeito. Desconfie de todos os discursos que se pretendem representativos da ‘realidade objetiva’”. (COSTA, 2007, p. 148).

Assim na análise dos documentos catalogados questionamos os discursos sobre: Quais as estratégias utilizadas para disciplinarização do corpo e da mente dos estudantes campinenses durante os anos 1970 período do governo dos militares? O que os jornais locais divulgavam sobre o cotidiano dos estudantes na cidade? Quais os significados atribuídos a eventos como os desfiles cívicos, cânticos de hinos nas escolas, utilização de símbolos da Pátria, uso de uniformes escolares padronizados para as escolas estaduais, e cultos aos heróis nacionais? Qual o significado do sujeito subversivo? Como os estudantes não se enquadravam nestes discursos eram tratados nas escolas?

Ao problematizar estes discursos atentamos para o fato de que, como afirma Jociane Rosa de Macedo Costa “os discursos não podem ser concebidos apenas como uma forma de descrever e interpretar a realidade, eles próprios constituem práticas culturais”. (COSTA, 2005, p. 98). E já que são práticas culturais não podem deixar de receber uma análise que contemple o “lugar social<sup>6</sup>” em que elas foram produzidas.

---

<sup>6</sup> Certeau nos chama a atenção para este lugar social em que se articula toda pesquisa historiográfica, um lugar de produção sócio-econômico, político e cultural. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam. (DE CERTEAU, Michel. “A operação historiográfica”. IN: A escrita da História. 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense. 1996. p.67).

## ESMIUÇANDO OS OBJETOS DA PESQUISA

Nossa investigação partiu das práticas disciplinares apresentadas nas fontes jornalísticas, discutido em especial, o poder disciplinar na construção identitária estudantil ao modo de Michel Foucault, observando as temáticas mais recorrentes nas escritas dos jornais locais iniciamos o caminho na construção de um objeto de pesquisa. Segundo Michel Foucault:

É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado. Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar as “disciplinas”. (FOUCAULT, 1987, p. 126).

Procurando perceber os periódicos como um espaço de discursos plurais, singulares e descontínuos em decorrência do momento de censuras, limitações de suas temáticas assim como seu silenciamento, ocasionados pela Ditadura Militar, mas também, em alguns momentos específicos, como um espaço de contestação. Podemos destacar, entretanto, no que se refere aos discursos sobre o disciplinamento dos estudantes campinenses e que atendiam aos interesses políticos do momento estudado; a reportagem assinada por Stênio Lopes, de 23 de Setembro de 1971, publicada no Jornal da Paraíba e intitulada “Colégio Diferente”, no qual autor afirma que foi convidado pelos alunos do Colégio Estadual de José Pinheiro a realizar uma visita neste estabelecimento de ensino e destaca com satisfação que:

A impressão é muito boa em todos os sentidos: não se nota, ao chegar e entrar na casa, nenhuma algazarra, tão comum em outros lugares; os alunos são capazes de responder ao “bom-dia” que se lhes dirige; das salas de aulas cheias de alunos, não vêem barulho nem grito (barulho de alunos, grito de professor); nenhum tropel nas escadas; e na secretaria, gente trabalhando em silêncio. (Jornal da Paraíba, 23 de Setembro de 1971, p. 2).

Demonstrando um discurso avaliativo, exemplificado no bom comportamento dos alunos e funcionários, Stênio Lopes apresenta um modelo de organização institucional que deveria ser seguido pelas demais escolas da cidade de Campina Grande, com ambientes em que o silêncio fosse respeitado em detrimento de um melhor aproveitamento das atividades educacionais, no ensinamento de valores como respeito e cordialidade demonstrado no fato em que “os alunos são capazes de responder ao ‘bom-dia’ que se lhes dirige”, além de estar reforçando um discurso identitário de criação de estudantes disciplinados e educados, condizentes com o modelo de cidadão que se queria para o país naquele momento.

Outros aspectos trabalhados nas reportagens sobre os estudantes, encontrados no Jornal da Paraíba e Diário da Borborema, diz respeito aos desfiles cívicos, os eventos

culturais, as reformas da educação, e em alguns momentos de maneira bem discreta para não despertar tanto o interesse do leitor, a participação estudantil em momentos de insatisfação. Revelando-se assim, como algumas das temáticas mais recorrentes sobre o cotidiano dos estudantes na cidade.

Em se tratando de fatos que revelavam parte da vivência dos estudantes tanto no meio social quanto no escolar, um dos pontos altos que caracterizavam de forma mais expressiva essas vivências dizem respeito aos desfiles cívicos, entretanto, nos desfiles realizados no ano de 1971 não parecia ser essa a tônica expressa nas reportagens dos principais jornais que circulavam na cidade.

Em reportagens publicadas no Jornal da Paraíba dois dias antes do desfiles, os repórteres pareciam não encontrar motivos para muitos entusiasmos, como podemos ver nesta reportagem do dia 5 de Setembro de 1971 publicada neste jornal:

Nenhuma novidade teremos, este ano, no desfile cívico-militar de terça-feira, quando estaremos comemorando o 149º aniversário da Independência, já desapareceu o espírito competitivo até então existente entre os colégios que participavam dos desfiles nos anos anteriores. Nada de faixas, alegorias, pelotões especiais nem evoluções na praça pública. Tudo muito simples. Fardamento do dia-a-dia. Patriotismo será a tônica maior dos desfiles, cujo início está previsto para às 9 horas, partindo da avenida Nilo Peçanha, no bairro da Prata com dispersão da estudantada na rua Peregrino de carvalho, depois de um longo percurso pelas ruas centrais da cidades.(Jornal da Paraíba, 5 de Setembro de 1971, p. 1)

Diante disso, podemos constatar o quanto naquele momento era importante à organização de um desfile que fosse realmente condizente com a tônica do “patriotismo” que se esperava por parte dos estudantes e das pessoas que os levavam a participar dos desfiles, os diretores das escolas e os familiares, principalmente em si tratando das comemorações do 149º aniversário da Independência, um momento histórico de grande significado para nosso país, podemos notar também que o espírito competitivo que deveria mover as escolas durante as preparações para o desfile havia desaparecido, por se constatar a falta de interesse em confeccionar faixas, fardamentos e alegorias, e de organizar um desfile com os respectivos pelotões de estudantes realizando as evoluções ensaiadas, porém, o povo que compareceu ao desfile de um modo extremamente contrário aos estudantes esperava-o com muita expectativa;

[...] o povo compareceu em massa e se aglomerou ao longo das ruas por onde passou o desfile, dando uma participação inequívoca de civismo e de amor as nossas tradições. (Jornal da Paraíba, 9 de Setembro de 1971, p. 2).

Assim a população que compareceu ao desfile demonstrava, ao contrário dos estudantes, entusiasmo por estar ali expressando seu amor a Pátria, enquanto que os estudantes como destaca a reportagem pareciam somente “cumprir uma obrigação que lhes é imposta”. (Jornal da Paraíba, 9 de Setembro de 1971, p. 2). Algo que representava tanto uma falta de “amor” a pátria quanto um desrespeito por quem ama essa pátria e foi para as ruas exaltá-la.

Essa representatividade atribuída aos desfiles cívicos devia-se também ao fato de ser este um momento em que havia certa exaltação dos vultos da pátria como D. Pedro I, José Bonifácio, por exemplo, mas também por ser esta festa, um tipo de festa que Roberto da Matta chama de “festas da ordem” por recriarem e resgatarem o tempo, o espaço e as relações sociais, bem como por celebrarem a própria ordem social, com suas diferenças e gradações, seus poderes e hierarquias.

Isso pode ser representado pelos lugares sociais que eram ocupados por cada membro da sociedade durante o desfile, o povo se encontrava nas calçadas disputando o melhor lugar para assistir ao desfile; os estudantes desfilavam pelas ruas da cidade como mostra de que eram os principais representantes do futuro da uma nação sólida e ordeira; os policiais, os soldados e os membros do exército brasileiro representantes da ordem e disciplina marcavam o desfile do início ao fim; e nos palanques se encontravam as principais autoridades da cidade, estas além de figurarem a ordem máxima da cidade não se misturavam com o povo que se encontrava nas ruas e calçadas por onde passava o desfile. A exemplo dessa distribuição dos lugares podemos destacar alguns fragmentos da reportagem do Jornal da Paraíba de 9 de Setembro de 1971;

Todo o percurso destinado ao desfile ficou completamente cheio pela grande massa popular que invadia as calçadas [...]  
Mas de cinco mil estudantes, [...], além dos membros das corporações militares do Exército e Polícia aqui sediadas, compareceram, terça-feira, às ruas da cidade, tomando parte dos desfiles cívico-militares [...]  
[...] as autoridades postadas no Palanque Oficial, na Praça da Bandeira [...]  
(Jornal da Paraíba, 9 de Setembro de 1971, p. 5).

Essa distribuição representava o que Foucault destaca como a distribuição dos indivíduos no espaço, como forma de disciplinarizar os corpos que ali se encontram, organizando-os tanto de acordo com seus respectivos lugares sociais como aponta da Matta, quanto concentrando suas forças ou atenção no desfile que esta sendo realizado não desviando esta atenção para outros problemas ou inconveniências, tirando o máximo de proveito dela e vigiando o comportamento de cada um.

Os desfiles cívicos eram revestidos de um discurso tão patriótico e de tamanha exaltação de amor à pátria e aos vultos da nação que, para a época o simples fato do não investimento por parte das escolas em uniformes, adereços, bandas, etc., refletia-se em desânimo e desinteresse para quem assistia ao desfile e a imprensa local atacava fortemente essa atitude;

[...] Queria dizer nesse noticiário que os estabelecimentos de ensino se iriam limitar a colocar seus alunos em uniforme comum, sem alegorias, com pelotões especiais, enfim sem as belas e inesquecíveis exibições de outros tempos em Campina Grande. (Jornal da Paraíba, 9 de Setembro de 1971, p. 2).

O desfile de anteontem foi dos mais monótonos, cansativos e desinteressantes dos últimos anos. Teve apenas o estimulante entusiasmo que desperta sempre, no seio da população, a presença da juventude nas ruas e, verdade seja dita, a qualidade de algumas das bandas marciais e fanfarras estudantis. (Jornal da Paraíba, 9 de Setembro de 1971, p. 2).

Diferentemente dos anos anteriores, nenhuma novidade apresentou, este ano, o desfile colegial, exceção feita a dois ou três educandários dos vinte e cinco que desfilaram, que apresentaram pelotões que se diferenciavam dos demais, unicamente pela farda de gala dos seus participantes. (Jornal da Paraíba, 9 de Setembro de 1971, p. 5).

Podemos compreender essa falta de interesse pelas escolas em preparar um desfile a altura do tipo de comemoração em questão (O dia da Pátria); sem belas e inesquecíveis evoluções, com o uso de uniformes comuns, sem muito entusiasmo e com poucas escolas apresentando alguma novidade; como uma forma de contestação pela própria situação por que passava a educação do país naquele momento, numa conjuntura de reforma educacional, escolas funcionando precariamente na cidade, o ensino se transformando cada vez mais em um instrumento de auxílio à qualificação industrial, o papel do jovem se modificando na sociedade, enfim, uma série de fatores que contribuía de certa forma para uma reação mais expressiva, mas não tão objetiva das escolas e que pudesse ser observada por toda a sociedade, através dos jornais locais.

Dessa maneira, podemos observar que, quem não se enquadrava nessa nova situação social, era tanto alvo de críticas, neste caso expressas pela imprensa, quanto alvo de se tornar o que Zygmunt Bauman chama de “estranho”, aquele que mesmo estando em sua própria cidade ou país é alvo de estranhamento por parte dos que convivem com ele, sendo assim a sua segregação ou marginalização segundo este autor, oferecida e assumida como cura radical para o perigo representado pelos estranhos, ao passo que a coabitação com estes torna-se mais difícil a cada dia. (BAUMAN, 2004, p. 137).

Sobre esse estranho, representado na figura do estudante campinense que não se enquadrava no perfil de disciplinamento proposto pela época, podemos destacar algumas

questões expressas nos jornais locais que demonstram a insatisfação e ao mesmo tempo o lado “subversivo” como eram vistos na época, dos estudantes, em reportagem do Jornal da Paraíba de 29 de Setembro de 1971, no qual vereadores da Câmara Municipal trataram em sessão extra sobre o tema relativo aos excessos da juventude campinense destacando as mudanças urbanas por que passava a cidade através dos apelos e solicitações podemos observar;

[...] Ary Rodrigues dirigiu dramático apelo “às autoridades no sentido de policiarem melhor os filhinhos de papai que tomam conta da rua em carros do ano, pondo em polvorosa os pedestres” salientando o fato das constantes transgressões às leis do trânsito nas ruas centrais, transformadas em verdadeiras pistas de corridas com o uso do já conhecido “cavalo de pau” que consiste na carreira disparada para seguir-se a uma freiada brusca, fazendo o veículo rodopiar sobre duas rodas e retornar ao ponto de partida. Alertou para a necessidade de uma campanha capaz de conscientizar o povo e mudar a mentalidade da gente dos nossos dias, pois o asfalto “já começa a invadir a cidade” [...] (Jornal da Paraíba, 29 de Setembro de 1971).

Este apelo e solicitação evidência a necessidade de diante das transformações urbanas vivenciadas na cidade de Campina Grande, bem como no uso indevido do carro como instrumento de transgressão das leis e da ordem pública por parte dos “filhinhos de papai”, de se realizar tanto um policiamento capaz de conter as ações desses jovens transgressores; que talvez por se acharem detentores de um determinado poder aquisitivo por possuírem um caro do ano, poderiam se comportar da maneira que bem entendessem pondo em risco a vida dos demais cidadãos, e que passariam impunes as leis; quanto da necessidade de se realizar campanhas de conscientização para mudança de mentalidade do povo demonstrando o quanto para aquele momento se torna importante a construção de um povo disciplinado para receber o progresso que invade a cidade. Em outro momento o orador da sessão aponta e constata;

[...] ao fato de não se poder freqüentar as casas cinematográficas locais, onde senhoras e senhoritas não recebem o devido respeito. E enfatizou: “nos coletivos o negócio é pior. Há verdadeiras depredações ao patrimônio alheio”. “Não é nenhum ‘sinal dos tempos’, mas tudo isso ocorre como fruto da inoperância das autoridades que têm a seu cargo a responsabilidade de educar a juventude, em casa ou nas escolas, e de manter a ordem pública”. (Jornal da Paraíba, 29 de Setembro de 1971, p. 5).

Neste caso podemos observar o quanto para o orador da sessão se tornava insustentável a falta de responsabilidade por parte das autoridades responsáveis na manutenção da ordem e de moral por uma boa convivência em sociedade, e na preservação do respeito mútuo entre as pessoas e do patrimônio público que era utilizado por todos na cidade como os cinemas e os transportes públicos. Assim, se uma mudança de mentalidade do povo e da educação da juventude, seja em casa ou na escola era importante, esta responsabilidade era

também atribuída as autoridades que estavam no poder e estas se articulavam de modo que pudessem manter a ordem pública.

Em outras reportagens podemos destacar outras representações atribuídas aos estudantes considerados “subversivos” e “indisciplinados”, como o caso do aluno que por não jurar que iria assistir aula foi suspenso pelo diretor, em reportagem publicada no Jornal da Paraíba de 10 de Outubro de 1974;

Porque afirmou que não juraria nem diante de uma bíblia, que assistiria a 5ª aula o aluno Ariosvaldo Adelino, do Colégio Estadual Anita Cabral, foi suspenso pelo diretor do estabelecimento, professor João Formiga, que queria forçá-lo a esperar pela última aula quando segundo o aluno, dificilmente os professores comparecem para ministrar a aula programada.

Neste caso podemos destacar que o simples fato do aluno não querer permanecer na escola por não estar havendo aula, representava motivo de graves conseqüências para ele levando-o a suspensão de suas atividades estudantis, assim o aluno a partir do momento em que se encontrava dentro da escola não poderia sair dela e caso o fizesse sem autorização do diretor, sofreria as conseqüências de sua atitude, estando deste modo submetido às regras que orientavam a instituição.

Já em reportagem do Diário da Borborema de 16 de Março de 1975, alunos foram expulsos da classe “porque não sabiam” o assunto questionado pela professora;

O menor David Cândido estudante do 2º ano no Grupo Escolar Lílissa Barreto [...] foi afastado da classe pela professora Maria José, somente porque não sabia as matérias referentes ao ano letivo que começou agora. Sensivelmente nervosa expulsou outros alunos, porque a exemplo de David Cândido, titubeavam nas respostas... Cabe à direção do grupo escolar em causa, fazer severa sindicância em torno do estranho caso.

Neste caso podemos observar que o tipo ideal de aluno seria aquele que soubesse de todos os conteúdos ensinados na escola, caso não soubesse sofreria a conseqüência da expulsão da sala de aula, entretanto, a que se destacar a falta de equilíbrio da professora em não saber lidar com essa situação, atribuindo aos alunos a responsabilidade por não saberem do que lhes era perguntado, o que provocou certo estranhamento por parte da direção da escola em sua atitude de expulsar os alunos da sala. Isto evidencia o quanto era rígido o ensino da época que atribuía ao aluno e não ao professor as dificuldades de aprendizado e quais as conseqüências que o aluno sofreria caso não se dedicasse aos estudos.

Diante dessas situações os jornais locais esboçavam um perfil para o jovem e estudante “subversivo” e “indisciplinado”, podendo ser este caracterizado como o desordeiro, que põe em perigo a ordem social e o poder público do Governo, como o que não estuda e,

portanto representa uma ameaça para a ordem e o progresso do país, na construção de homens éticos e patriotas e como os que não são capazes de jurar nem perante a lei divina.

No entanto a vida cotidiana dos estudantes campinenses se situava para além desses estereótipos, eles também apareciam nos jornais contestando as situações de desrespeito aos seus direitos educacionais, nestes casos os jornais davam uma grande visibilidade às notícias que seguem;

Trinta mil estudantes de Campina Grande estão pleiteando junto a SUDEPAR através do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da FURNe, o tradicional abatimento de 50% nos ingressos para jogos de futebol, que foi desrespeitado no jogo de abertura do Estádio Amigão, deixando universitários e secundaristas apreensivos quanto ao futuro. (Diário da Borborema, 15 de Março de 1975, p. 12).

O grêmio “Castro Alves” do Colégio Estadual da Palmeira entregou ontem à Câmara Municipal de Campina Grande solicitação no sentido de que a Empresa Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, concessionária da linha Jenipapo, cumpra a lei aprovada dos 50% de abatimento no preço de passagens para estudantes. (Jornal da Paraíba, 1 de Agosto de 1972, p. 4).

Mostrando ser Campina Grande uma cidade que se destaca pelo setor educacional em nosso Estado e considerando, entre outros tópicos, que esta cidade, nos anos anteriores sofreu demasiadamente no que diz respeito a aquisição e confecção de identidades estudantis, será enviado hoje ao Secretário de Educação e Cultura, José Carlos Dias Freitas; memorial relatando o assunto e solicitando providências. (Jornal da Paraíba, 24 de Março de 1972, p. 5).

Sérios problemas estão se verificando no Colégio Estadual da Prata em seu turno da noite, devido ao início muito cedo das aulas, motivando a que a maior parte dos estudantes daquele turno perca a primeira aula todos os dias. (Jornal da Paraíba, 5 de Abril de 1972, p. 4).

Nestes fragmentos de reportagem já podemos observar um estudante participativo e articulado principalmente em questões que diziam respeito aos seus direitos, como o abatimento de 50% nos ingressos para os jogos de futebol e em passagens de ônibus, na confecção de carteiras estudantis e na adequação do horário de início das aulas que beneficiassem aos estudantes que trabalhavam e estudavam a noite, em todas essas circunstâncias os estudantes não estavam sós em suas reivindicações, mas articulados com órgãos de representação estudantil que lhes possibilitavam a garantia dos seus direitos, assim podemos observar um estudante que já não era mais passivo e que contestava seus direitos, já que a sociedade lhe impunha tantos deveres.

Na contramão das aparências se encontrava também os problemas que enfrentavam estes estudantes, e como podem ser observados, os estudantes pareciam não estar desamparados, devido suas articulações com os órgãos de educação do município e com os órgãos próprios da representação estudantil presentes na cidade, mas não podemos deixar de ressaltar que no caso de órgãos como a Secretária de Educação, os interesses em resolver

esses impasses educacionais tendiam a um único fim, o de não demonstrar a debilidade do próprio governo municipal no trato com os problemas educacionais.

Diante de todas essas adversidades, presentes tanto no ambiente social quanto no educacional, no entanto, a vida estudantil em Campina Grande era neste período bastante movimentada no que diz respeito aos eventos culturais e aos espaços de socialização da juventude, como os grêmios estudantis, grupos de juventude nos bairros da cidade, jogos universitários, gincanas escolares, apresentações teatrais, shows, etc., como podemos ver em algumas reportagens retiradas do Jornal da Paraíba;

Roberto Carlos estará dando um “show”, no dia 7 de setembro, às 17 horas, “ginasium” do Clube Astréia, na capital do Estado, numa homenagem à Semana da Pátria. (5 de Setembro de 1971, p. 6).

O Departamento de Ciências Físicas e Biológicas do Colégio Estadual de José Pinheiro, sob a coordenação da professora Marilene Bandeira e todos os professores que formam o mesmo, irá promover de 20 a 25 deste mês, a “Semana da Saúde” – consistindo em palestras nos grupos escolares da zona leste da cidade, e incentivo a população para uma melhor formação higiênica e física em seus lares. (17 de Setembro de 1971).

Um grupo composto por cinco crianças, com idade média de 10 anos, esteve, ontem na redação do nosso jornal, para nos convidar e, por nosso intermédio o público campinense, para a gincana cultural que as entidades comunitárias do bairro da Liberdade estão realizando naquele subúrbio. (21 de Setembro de 1971, p. 4).

Nada menos de sete escolas superiores estarão representadas nos 1º Jogos Universitário de Campina Grande, no período de 26 de setembro a 3 de outubro do corrente ano, sob os auspícios da Federação das Indústrias da Paraíba, desejosa de promover um perfeito entrosamento da juventude universitária da Rainha da Borborema. (23 de Setembro de 1971, p. 8).

O Grupo Teatral do Colégio Estadual da Prata, realizou ontem à noite no auditório Pedro Gondin, a encenação da peça, de autoria do teatrólogo Ariano Suassuna, “Em boca fechada não entra mosquito”, contando com a participação de um grande número de alunos do estabelecimento que foram aplaudir a peça vencedora do último festival de teatro Colegial de Campina Grande. (25 de Setembro de 1971, p. 1).

Com uma comemoração festiva especialmente elaborada pelos seus diretores, o Clube da Juventude de Monte Castelo estará completando oito anos de fundação sábado próximo, oportunidade em que todos os associados e demais pessoas convidadas estarão brindando-se mutuamente em comemoração à data aniversária. (5 de Abril de 1972, p. 5).

A vida cultural dos estudantes e jovens em Campina Grande como podemos perceber estava repleta de atividades para serem realizadas, assim eles não poderiam justificar sua não participação nestes eventos, dizendo que não havia nada para fazer na cidade ou em suas escolas, em termos de divertimento e entretenimento. Como se pode observar, eventos como o show de Roberto Carlos, considerado o “Rei da Juventude” da época, seria um dos pontos altos em termos de comemoração ao Dia da Pátria na capital do Estado da Paraíba,

além disso, seria também uma das formas de fazer com que os jovens, através da homenagem prestada a nação por seu ídolo, pudessem exaltar seu amor à pátria.

Nos outros eventos como a “Semana de Saúde” percebemos como a população e os jovens são incentivados a obter informações sobre hábitos de higiene pessoal e em seus lares, além de receber convites para participar de gincanas culturais; os jovens são convocados a participar de jogos como os Jogos Universitários, e dão mostras de engajamento em grupos teatrais nas escolas e em Clubes de Juventude organizados nos respectivos bairros onde moram.

Estes fragmentos das reportagens acima, demonstram que em nossa cidade o tipo de juventude e estudantes que se queria para o país seguia de fato os moldes de cidadãos pretendidos pelo regime ditatorial para conviver em sociedade, ou pelo menos é essa a pretensão que os jornalistas da época tentam passar para seus leitores. Esses indivíduos não eram “estranhos” ao seu tempo, pois se enquadravam no perfil do disciplinamento do corpo e da mente proposto pelos militares, possibilitando a construção de uma identidade que lhes diferenciava dos demais. Sobre essa construção de uma identidade a partir das diferenças podemos destacar o que Tomaz Tadeu nos chama a atenção para o fato de que;

Na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. A afirmação de identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes. (SILVA, 2000, p. 81).

Com uma análise na perspectiva foucaultiana da identidade e diferença construída através das relações de poder, Tomaz Tadeu destaca que essas identidades, neste caso atribuído para os estudantes campinenses, não são construídas de forma inocente, mas partem de interesses de determinados grupos que detém o poder sobre aquela sociedade ou grupo social demarcando uma disputa de interesses e discursos persuasivos entre eles. Podemos também nos apoiar nesta mesma perspectiva em Stuart Hall quando ele diz que:

È precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma “identidade” em seu significado tradicional – isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna. (HALL, 2000, p. 109).

Partindo do mesmo pressuposto de Tomaz Tadeu, Stuart Hall, coloca a questão da identidade e da diferença como algo que, além de representar uma construção discursiva produzida em locais históricos e institucionais específicos, ela também constrói um tipo de identidade a partir da diferenciação do outro se torna excludente, e que no caso no qual estamos trabalhando, também servia como instrumento de repressão e de repreensão, porque não dizer, por parte de quem excluía.

Essas análises nos ajudam, também, a pensar porque justamente neste momento se processou a reforma do ensino no país? Qual a sua necessidade para aquele momento? Talvez pudessemos responder, grosso modo, que elas representavam mais uma estratégia política para que o Governo pudesse controlar a ordem e a disciplina no campo educacional, entretanto, os discursos apresentados nos jornais davam margem para outro tipo de entendimento da questão; vejamos:

Cada vez mais se acentua a conveniência de considerar-se a educação como importante fator que amplia as condições culturais favoráveis ao desenvolvimento. Ela é imprescindível a elevação do nível de vida das populações, pois concorre para o aumento do poder aquisitivo, ampliação dos mercados, progresso técnico e científico e realização de invenções. (Jornal da Paraíba, 1971. Caderno E: Educação).

A reforma do ensino que entrou em vigor este ano, provocou uma profunda mudança nos métodos de ensino, adequando-os à realidade nacional e ao espírito de uma época que investe contra os planos mais consagrados de uma concepção clássica, do comportamento cujo desprestígio adveio com após guerra. (...)

O sistema educacional brasileiro, teria que ser, pela força do seu impacto na reconstrução da nova mentalidade um alvo preciso e inadiável. Uma reforma tem que vir, arrancando o ensino das formas arcaicas, desobstruindo mentalidades, soterrando a imagem carcomida do deus-professor e abrindo um crédito de confiança ao aluno amuado. (Jornal da Paraíba, 19 de Março de 1971. Caderno II; p. 3).

No discurso dos reformistas podemos destacar que a reforma do ensino representou para este momento a maior expressão de mudança das condições culturais e econômicas no país, através dela o ensino parecia romper com as formas arcaicas, e soterrar a imagem do deus-professor, dando alguma credibilidade ao aluno, pois, precisava moldá-lo as novas necessidades de industrialização<sup>7</sup> que se exigia a um país que se pretendesse competidor no mercado exterior.

---

<sup>7</sup> A esse respeito podemos destacar neste período pesquisado, um dos objetivos de governo do presidente general Emílio Garrastazu Médici que governou o país entre os anos 1969 a 1974. Um dos destaques do seu governo foi para o crescimento econômico do país chamado na época de “Milagre econômico”, de um lado entre os fatores de destaque desse milagre está o aumento da produção, sua modernização em ritmo espetacular, a moderação da inflação, os grandes investimentos de empresas multinacionais; e de outro o aumento da exploração da força de trabalho, e o desperdício de recursos, uma classe trabalhadora que não era beneficiada por esse crescimento e

Ao que parece esta reforma marcava um rompimento com concepções de mundo consideradas antigas e atrasadas para o novo empreendimento desenvolvimentista da nação. Assim, com a expansão econômica do “liberalismo”, bem como de suas práticas capitalistas de industrialização, se fazia necessário mão-de-obra qualificada para atender as novas exigências do mercado de trabalho e a reforma se enquadrava perfeitamente dentro desse projeto econômico.

Buscando obter êxito nesse projeto econômico, mais uma vez a presença do estudante é clamada, mas ao que parece somente aqueles que conseguissem se adequar a essa nova situação seriam capazes de conseguir algum crédito de confiança, e, mas uma vez percebemos que uma nova identidade revestida de velhas práticas de diferenciação está sendo construídas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Objetivando problematizar as principais questões presentes neste trabalho, bem como as discussões e teóricas e metodológicas que elas comportam, tentamos mostrar que a partir dos discursos produzidos na época (1970), o homem deveria ser preparado para tornar-se, quando adulto, um homem “disciplinado” afastado dos males que poderiam atacá-lo e debilitá-lo. Desta forma os rituais cívicos são justificados pela necessidade dos estudantes vivenciarem situações que os colocassem diante de fatos representativos de História do Brasil. Os contatos com esses eventos proporcionariam a tomada de consciência sobre a missão de cada geração para engrandecimento da nação.

No limite desse investimento, são perceptíveis que esse novo modelo de homem priorizava além do cumprimento das tarefas escolares, a participação em eventos cívicos, como desfiles, padronização de uniformes escolares, estudos dos símbolos e a biografia dos “líderes” que na concepção dos governantes representavam exemplos de civismo e bravura. Esses e outros eventos tinham como uma das finalidades transformarem a vivência escolar em um momento de construção da identidade do aluno disciplinado imbuído da nova ordem nacionalista.

Nesse processo de construção identitário as características consideradas positivas são apresentadas em relação às quais as outras só podem ser avaliadas de forma negativa, o estudante ideal é representado pelo sujeito educado, disciplinado, militarizado, que cumpre

---

modernização, os pobres ficavam cada vez mais pobres e o aumento da dívida externa do país. Daí a necessidade por qualificação profissional e investimento em educação que eram priorizados através da reforma do ensino.

horário, realiza as atividades escolares propostas, participa dos rituais cívicos, não questiona o governo, os diretores, os professores, os supervisores, os orientadores e os demais integrantes da escola e menos ainda os discursos dela provenientes.

A preocupação com o culto aos vultos da História era necessária para dar estruturação à narrativa fundadora que funcionava para dar as bases de uma suposta identidade nacional, reforçando a idéia do mito fundador da nação. Nesse sentido, os mitos fundadores da História Brasileira passam a ser pensados para instituir as bases de uma identidade nacional, que vai definido e redefinindo operações de incluir e excluir, quem pertence e quem não pertence ao grupo de estudantes que interessava ao governo.

O tipo de estudante capaz de auxiliar na construção de uma nação “forte” era aquele que era educado tendo como preocupação curricular, disciplinas do núcleo comum, direcionadas para a formação geral, as disciplinas complementares voltadas para a formação do estudante e para a construção da família brasileira. Enquanto isso a preocupação para uma profissão ocorria nas disciplinas que atentavam para o desempenho de pequenas atividades voltadas para o mundo do trabalho, para que o estudante desde cedo realizasse atividades que se destinassem ao aprimoramento ou ao treinamento físico e intelectual.

Diante de tais circunstâncias, a justificativa para envolver a população na reforma educacional que estava sendo gestada conclamava a participação de todos para resolver a grave crise vivenciada pela educação e auxiliar na formação de uma nação próspera e moderna. E essa construção reforçava a necessidade de pensar novas estratégias para a construção da identidade estudantil, de acordo com os valores morais e espirituais defendidos pelos militares.

Por fim, a análise dessas questões não seria possível sem as leituras que estamos realizando, e que nos permite nortear nossos olhares e pensamentos para o nosso objeto de estudos, assim fazendo uso das palavras de Sandra Mara Corazza sobre as “realidades” que se tenta encontrar numa investigação do tipo da que estamos realizando, podemos ver que;

... realidade não é uma coisa – uma situação, uma condição, um estado – que possa ser vista, analisada, investigada “no que realmente é”; nem existem enunciados que sejam mais adequados à esta coisa, ou que a representem de forma mais conveniente, mais pertinente. Assim, não é possível encontrar *a verdade* na/da realidade, ou a realidade verdadeira; bem como, não existe *a falsa* realidade, vista e falada de determinado ângulo enganoso. Por exemplo, não há, como querem algumas/alguns, “a realidade educacional brasileira”, mas tantas *realidades*, quantas sejam aquelas que podemos<sup>8</sup> enunciar, conhecer, pensar, discutir, disputar sobre se chamamos *aquilo* de realidade

---

<sup>8</sup> E a coisa toda é da ordem do poder, mesmo. Nota feita pela autora no texto em que essa citação foi extraída.

educacionais brasileiras, quantas as que temos condições históricas – e  
linguageiras – para descrever. (2007; 113).

Portanto, podemos concluir que nossa pretensão será a de analisar como essas tantas realidades vivenciadas no campo educacional, foram sendo produzidas e foram forjadas com a pretensão de representarem uma realidade verdadeira sobre o tipo de identidade que se pretendia construir para o estudante campinense naquele momento histórico do nosso país. Este perfil identitário tem contribuído ainda hoje para uma leitura da História e da Educação como saberes inquestionáveis, representando uma política de verdade sobre o ensino.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

CORAZZA, Sandra Mara. “Labirintos da pesquisa, diante dos ferrolhos”. IN: COSTA, Marisa Vorraber. (Org.). **Caminhos Investigativos I: novos olhares na pesquisa em educação**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007. p. 103 – 127.

COSTA, Marisa Vorraber. “Uma agenda para jovens pesquisadores”. IN: COSTA, Marisa Vorraber. (Org.). **Caminhos Investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007. p. 139 – 153.

COSTA, Jociane Rosa de Macedo. “Redesenhando uma pesquisa a partir dos Estudos Culturais”. IN: COSTA, Marisa Vorraber; & BUJES, Maria Isabel Edelweiss. (Org.). **Caminhos Investigativos III: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras**. Rio de Janeiro: DP & A, 2005. p. 85-116.

FOUCAULT, Michel. “Os corpos dóceis”. IN: **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução: Lígia M. Ponde Vassallo. Petrópolis, Vozes, 1987. p. 125-152.

HALL, Stuart, “Quem precisa da identidade?”. IN: SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 103-133.

LUCA, Tânia Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. IN: PYNSKY, Carla Bassanezi. (Organizadora). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

MATTA, Roberto da. “As festas da ordem”. IN: **O que faz o brasil, Brasil?** Editora Rocco LTDA. Rio de Janeiro, 1984. p. 81-91.

SILVA, Tomaz Tadeu da. “A produção social da identidade e da diferença”. IN: SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 73-102.